



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO AMAZONAS

INCLUI o artigo 15-A na Lei n. 3.785, de 24 de julho de 2012, que “**DISPÕE** sobre o licenciamento ambiental no Estado do Amazonas, **REVOGA** a Lei n. 3.219, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

DECRETA:

Art. 1º A Lei n. 3.785, de 24 de julho de 2012, passa a vigorar com a inclusão do artigo 15-A, com a seguinte redação:

*“**Art. 15-A.** A Licença Ambiental por Adesão e Compromisso – LAC será concedida preferencialmente de forma eletrônica, considerando os critérios e pré-condições estabelecidos pelo órgão licenciador, para empreendimentos ou atividades de baixo e médio potencial poluidor, nas seguintes situações:*

I – em que se conheçam previamente seus impactos ambientais; ou

II – em que se conheçam, com detalhamento suficiente, as características de uma dada região e seja possível estabelecer os requisitos de instalação e funcionamento de atividades ou empreendimentos, sem necessidade de novos estudos.

***Parágrafo único.** As atividades ou empreendimentos a serem licenciados através de Licença Ambiental por Adesão e Compromisso – LAC serão definidos por resolução do CEMAAM.”*

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, objetivando sua melhor aplicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 15 de dezembro de 2021.

Deputado **ROBERTO CIDADE**
Presidente





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

ROBERTO MAIA CIDADE FILHO - EM 21/12/2021 09:03:05

